

HERMENÊUTICA DAS CADEIRAS PRIVILEGIADAS NO ENSINO SECUNDÁRIO ALAGOANO DO SÉCULO XIX:

Discussão que perpassa o currículo

Fabília Carla de Albuquerque Silva (UFAL)

Fabriciacarla2007@hotmail.com

Resumo

A partir da origem da palavra currículo, bem como observações referentes ao seu sentido enquanto artefato seletivo, construído socialmente, este texto procura interpretar frequências de estudantes do ensino secundário público de Alagoas, publicadas no Jornal das Alagoas em 1875. As informações encontradas foram comparadas a outras fontes primárias (tais como relatórios de presidentes de província e anúncios em jornais), assim como a literatura que aborda este contexto. Os fragmentos citados compõem uma parcela dos documentos localizados na nossa pesquisa. Dentre os teóricos que contribuíram na fundamentação das reflexões, aqui compartilhadas, destacaram-se: Bastos (1939), Hamilton (1992), Ribeiro (1996), Stamatto (2002), Neves (2006), Vieira (2009), Costa (2011), Silva e Madeira (2011), entre outros. Em termos estruturais, este artigo está marcado por dois tópicos principais: o primeiro trata da tradição humanística, a influência jesuítica e a formação no ensino secundário da Província alagoana; o segundo traz apontamentos sobre a seleção de conteúdos, classe social e gênero a partir das cadeiras ofertadas no ensino secundário alagoano do século XIX.

Palavras-chave: Ensino Secundário Alagoano; frequências; Século XIX.

HERMENEUTICS OF THE PRIVILEGED CHAIRS IN SECONDARY EDUCATION OF ALAGOAS IN THE NINETEENTH CENTURY: DISCUSSION RUNNING THROUGH CURRICULUM.

Abstract

Starting from the origin of the word curriculum, as well as observations concerning its meaning as an selective artifact, socially constructed, this text attempts to interpret frequencies of Alagoas public high school students, published in the Journal of Alagoas in 1875. The information found were compared to other primary sources (such as reports of provincial presidents and newspaper advertisements), as well as the literature that addresses this context. The fragments comprise a portion of the documents found in our research. Among the theorists who contributed to the foundation of this text, shared here, stood out: Bastos (1939), Hamilton (1992), Ribeiro (1996), Stamatto (2002), Neves (2006), Vieira (2009), Costa (2011), Silva e Madeira (2011), among others. In structural terms, this article is marked by two main topics: the first deals with the humanistic tradition, the influence of the jesuits and training in the secondary education of the Province of Alagoas, the second brings notes on the selection of content, social class and gender from the chairs offered in secondary education of Alagoas in the nineteenth century.

Keywords: High School of Alagoas; frequencies; Nineteenth century.

INTRODUÇÃO

Com relação ao âmbito educacional, David Hamilton (1992, p.33), destaca o seguinte paradoxo: se por um lado, o termo *curriculum* se torna cada vez mais universal, as suas origens e evolução ficam cada vez mais ocultas. No entanto, é válido ressaltar que não só essa face do currículo tem ficado à sombra, pois, em muitos momentos, intenções atreladas a vantagens sociais, prestígio e poder não são a ele atribuídos. Isso remonta a observação de Vieira (2009, p.3): “o currículo é um jogo, às vezes de ‘Escondo-esconde’, outras de ‘Polícia-e-ladrão’, outras tantas de ‘Paralisa-Aí’”.

Segundo Hamilton (1992, p. 41-43), os dois registros mais remotos localizados com a palavra “*curriculum*” dizem respeito a documentos das Universidades de Leiden e Glasgow. No primeiro caso, foi utilizada no sentido de classe: “*tendo completado o curriculum de seus estudos*”. Já em Glasgow, em 1633, apareceu em um atestado concedido a um mestre no momento de sua graduação e, dez anos depois, em uma gramática dessa instituição, apresentava-se referência ao curso inteiro de vários anos seguido por cada estudante.

Nos sentidos acima mencionados, dois elementos eram essenciais: coerência estrutural e sequência interna. Assim, “Um ‘curriculum’ deveria não apenas ser ‘seguido’; deveria, também, ser ‘completado’” (HAMILTON, 1992, p. 43). Esse duplo aspecto (seguir e completar) nos remete a outras situações: para se seguir é necessário um caminho, faz-se num determinado ritmo e finalidade. E só se completa aquilo que está incompleto, como num jogo.

Vieira (2009) compreende currículo enquanto um jogo que envolve relações sociais e gera significados:

O currículo é uma coisa, um objeto, um artefato, um documento, um roteiro, um caminho, uma grade de conhecimentos, uma relação social- afinal, coisa, objeto, documento, artefato, etc., são coisas sociais, produzidas nas/pelas relações sociais [...] Nós produzimos o currículo que nos produz [...] ele diz o que é conhecimento e o que não é (VIEIRA, 2009, p. 2).

Debates em Educação

A partir das reflexões supracitadas, é salutar a menção de que o conceito de currículo difundido recentemente, não existia à época imperial. No entanto, documentos do século XIX referentes à etapa que intermediava o ensino elementar ao ensino superior, demonstram práticas relacionadas a determinado “jogo”: seleção e privilégio de conteúdos humanísticos, tomando como referência, sobretudo, os modelos europeus (ex: francês).

Assim, questiona-se: quais vestígios ou reflexões, os registros de frequências dos estudantes em cadeiras ligadas ao ensino secundário da Província alagoana, podem revelar sobre a educação dos Oitocentos? Qual identidade social procurava-se formar no século XIX com as cadeiras ofertadas? Teria, como “pano de fundo”, a mesma intenção presente no ensino elementar, cuja gratuidade era garantida na Constituição brasileira de 1824? A classe social e o gênero dos estudantes frequentadores do ensino secundário teriam relevância na concepção e estruturação dos conteúdos os quais seriam ensinados? – Questões essas que farão parte das discussões subsequentes.

Ao anunciar no título que a interpretação dos registros de cadeiras ofertadas ou privilegiadas no século XIX, no que diz respeito ao ensino secundário, perpassa as discussões sobre currículo, não se tem a intenção de impor esse termo a um contexto remoto, mas elencar discussões as quais, mesmo em contextos sociais e históricos divergentes dos atuais, suscitam reflexões a respeito de problemáticas centrais perpetuadas no âmbito educacional, ao longo dos tempos. Essa preocupação em evitar anacronismo tem como base o destaque de David Hamilton (1992):

Sempre, por exemplo, que os historiadores se referem ao “currículo” da universidade medieval eles involuntariamente impõem a linguagem do presente sobre a escolarização do passado. Como consequência, a estabilidade da prática educacional é superestimada; e os educadores ficam com a impressão de que o ensino e a aprendizagem estão relativamente protegidos das turbulências da mudança histórica. *Sic.* (HAMILTON, 1992, p. 33)

Outra expressão utilizada no título do artigo, a Hermenêutica, pode ser compreendida como método interpretativo de textos, geralmente, com ligação a questões filosóficas ou religiosas. Apropriou-se deste termo com a intenção de compreender as entrelinhas de documentos ligados ao ensino secundário de uma

Debates em Educação

época, cuja sociedade era fortemente marcada por traços religiosos e sentimento de moralidade e civilidade. As fontes primárias citadas, neste texto, são trechos fotografados do “Jornal da Alagoas” publicados nos anos de 1874 e 1875, e cuja localização foi possível no Arquivo Público do estado de Alagoas.

TRADIÇÃO HUMANÍSTICA, INFLUÊNCIA JESUÍTICA E FORMAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO DA PROVÍNCIA ALAGOANA.

Semelhantemente à palavra currículo, Humanismo é uma expressão polissêmica. No entanto, neste texto, toma-se como referência a classificação feita por Neves (2006, p. 36-39) a partir dos estudos de Ullmann¹, no sentido de conceituar o Humanismo como movimento cultural, que atravessou a Idade Média – a partir do século VIII – e cujo ápice ocorreu com o advento da Renascença. Este estudo que engloba a filologia, com vínculo à filosofia, tinha por meta educar o homem, intelectual e moralmente, através das seguintes ferramentas: escritores, oradores, bem como poetas da Antiguidade pagã e cristã. Essas ferramentas eram tidas como meio e não o fim e buscavam estabelecer uma ética do comportamento na sociedade.

Em relação aos tempos finais da Idade Média, Neves (2006, p. 29), destaca que a evolução da renda feudal assumiu a forma monetária, contribuindo, assim, para algumas transformações sociais das classes urbanas: “Os artesãos igualam-se às classes camponesas quanto à condição de vida, enquanto as camadas superiores da classe burguesa fundem-se com as antigas classes dominantes – nobreza, clero regular e alto clero secular.” E nesse contexto, o intelectual medieval desapareceu, dando lugar a outro personagem no cenário cultural: o humanista.

O Humanismo reforçou o sentimento de desprezo pelos trabalhos manuais, que surgiu no meio intelectual. Tal característica se estendeu por séculos posteriores, sendo, inclusive, observado a partir de anúncios de cadeiras ofertadas no período imperial:

¹ ULLMANN, Reinhold Aloysio. **A Universidade Medieval**. 2ed. rev. e aum. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

Debates em Educação

QUADRO 1 : ANÚNCIO DE AULAS OFERECIDAS PELO BACHAREL JOSÉ ROBERTO DA C. SALLES A ESTUDANTES DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA EM 1874.

<p style="text-align: center;">ANNUNCIOS</p> <p style="text-align: center;">Instrução secundaria</p> <p>O bacharel José Roberto da Cunha Salles, faz sciente quem interessar possa, que o curso de francez, inglez, philosophia, e rethorica, que se propõe ensinar, se acha anuunciado, começará a funcionar do dia 3 de fevereiro proximo vindouro, achando-se desde já abertas as respectivas matriculas.</p> <p>Os compendios e grammaticas serão indicadas na occasião da inscrição.</p>	<p style="text-align: center;">ANNUNCIOS</p> <p style="text-align: center;">Instrução secundaria</p> <p>O bacharel José Roberto da Cunha Salles, faz sciente quem interessar possa, que o curso de francez, inglez, philosophia, e rethorica, que se propõe ensinar, se acha à funcionar do dia 3 de fevereiro próximo vindouro, achando-se desde já abertas as respectivas matriculas.</p> <p>Os compedios e grammaticas serão indicadas na occasião da inscrição.</p>
---	---

Fonte: JORNAL DAS ALAGOAS. Maceió, sabbado 17 de janeiro de 1874. Num.º _ 782. Localizado no Arquivo Público do estado de Alagoas.

O anúncio acima citado, publicado em 1874 no Jornal das Alagoas, é uma pequena amostra de muitos anúncios publicados na época imperial, os quais trazem ênfase ao estudo de línguas “clássicas”. Algo curioso, no período imperial no Brasil, é a contradição entre discursos e ações, em virtude de disputas políticas. Se por um lado, alguns levantavam a “bandeira” por um ensino mais pragmático e “adequado” à vida moderna; por outro, documentos revelam a forte presença de traços mais propedêuticos e humanísticos com vínculos religiosos.

Os discursos contraditórios também foram observados em épocas posteriores ao Império brasileiro. A este respeito, é válido mencionar Craveiro Costa – intelectual alagoano do século XX – simpatizante das perspectivas liberais e positivistas. Em sua monografia, Instrução Pública Alagoana, Costa ressaltou o que consideraria como finalidade da escola moderna. Considerava como inútil a escola primária para o camponês, tendo em vista, que a simples memorização de conteúdos e alfabetização não contribuiria no cotidiano do seu trabalho. E concluiu que as populações agrícolas deveriam ser educadas: “[...] no trabalho e para o trabalho, cuidando seriamente de sua saúde, da sua moral, do seu civismo, despertando-lhe ao mesmo tempo o sentimento de utilidade social”. (COSTA, 2011, p. 56).

Debates em Educação

Contudo, uma consideração é necessária: ao abordar a biografia de Domingos Moeda e Diegues Júnior², Craveiro Costa parece paradoxal quando destaca em tom de louvor a atuação destes intelectuais no nível secundário (ensino da mocidade). Ao falar da atuação destes dois educadores, em nenhum momento, traz defesas em favor do ensino pragmático ou críticas ao ensino de humanidades. Ao contrário, utilizou-se de expressões, tais como: “triunfou”, “sacerdócio”, “formoso espírito”, “primeiros passos da vida e inteligência”, “amor” e “modelo cívico”. (SILVA e MADEIRA, 2011, p. 10).

Logo, tais apontamentos, demonstram que as classes sociais de origem dos estudantes, bem como os níveis de ensino frequentados implicavam diretamente na escolha de conteúdos e visão de “identidade social” a ser formada.

A discussão supracitada nos remete a outro artigo³ de nossa autoria, no qual foi citado o seguinte questionamento de Caetano e Lins (1997, p.511): “Por que filhos de homens rudes, que tinham como objetivo produzir açúcar, algodão e côco estavam preocupados em estudar tantos idiomas?”. Nesse caso, as autoras supõem que o estudo de várias línguas resultaria do modelo proposto às Províncias através do Colégio Pedro II. Além da influência europeia exercida pelas reformas dos estudos em Portugal, também defendem que “a necessidade de se estudar tantos idiomas, não era apenas um ornamento cultural, mas, sobretudo uma necessidade mercantil” (CAETANO e LINS 1997, p. 511), tendo em vista a existência de registros de termos de saída de mercadorias em embarcações do porto de Jaraguá (1825 – 1837) direcionadas a diversos países.

Caetano e Lins (1997) consideram que o ensino de línguas estrangeiras e clássicas teria vínculo direto com uma necessidade econômica, assim, não se exclui inteiramente essa possibilidade, mas são apontadas outras direções: atrelamento com

² Maiores explanações sobre a abordagem feita por Craveiro a respeito das biografias de Domingos Moeda e Diegues Júnior, podem ser localizadas em nosso artigo: SILVA, F. C. A.; MADEIRA, M. G. L. . **Traços do Ensino Alagoano na Biografia De Intelectuais (1846-1934)**. In: I Encontro Luso-Brasileiro sobre Trabalho Docente/ VI Encontro Brasileiro da Rede Estrado: Políticas Educacionais e Mudanças no Contexto Escolar., 2011, Maceió - AL. ANAIS ONLINE Área Temática: 02 - TRABALHO DOCENTE E HISTÓRIA, 2011

³ SILVA, F. C. A. ; MADEIRA, M. G. L. . **Apontamentos Iniciais sobre a Tradição Humanística no Ensino Secundário Alagoano do Século XIX**. EPENN. Manaus, 2011.

Debates em Educação

heranças anteriores a esse período, possível sustentação vinda de vertentes religiosas, sentimento de diferenciação de classe social, entre outros.

A partir da consideração da influência religiosa na perpetuação de traços humanísticos, no ensino ocidental, presente, inclusive, na oferta de cadeiras do ensino secundário no Brasil imperial, é válido ressaltar a atuação dos jesuítas na estruturação da educação formal brasileira. Esses, vindos com formação européia, chegaram ao Brasil em 1549, primordialmente para catequizar e expandir a língua portuguesa.

Com relação à origem de colégios jesuítas na Europa:

O surgimento dos colégios jesuítas constitui-se como um empreendimento de recuo, um movimento retrógrado em relação a organização escolar que voltava por vários séculos atrás. Afinal, o ensino tinha seguido o rumo da laicização de forma progressiva e ininterrupta. Com os jesuítas o movimento da vida escolar é levado de volta onde estava há quatro séculos antes, isto é, dentro da própria Igreja católica. 'Assim como no tempo de São Colombano ou São Bento, embora sob forma e em condições novas, o ensino voltara a ser coisa de uma ordem religiosa' (NEVES, 2006, p. 33).

Neves (idem) ressalta que a partir do século XVII houve um extraordinário sucesso dos colégios jesuítas na Europa. E isto ocorria porque os colégios eram totalmente gratuitos em virtude das "doações recebidas por todos os lados". O *Ratio Studiorum* – sistema de ensino jesuítico – procurou extrair do movimento humanístico, os elementos que seriam mais adequados aos seus objetivos:

Desejando seguir a onda humanista, expurgando-a de seus elementos contraditórios com a fé católica, os jesuítas foram levados a selecionar severamente as matérias ensinadas. Eles garimpam os textos dos escritores antigos, pagãos e profanos, extraíndo aquilo que serve à fé católica. Os personagens gregos e romanos são despojados de sua historicidade e tornam-se 'figuras emblemáticas de virtudes' [...] Para manter a assiduidade de crianças e de adolescentes diante deste universo abstrato e desalentador, os jesuítas recorrem em seus colégios a expedientes comuns também a outros estabelecimentos, que são as técnicas de emulação: prêmios, recompensas, apresentações públicas dos melhores trabalhos, sofisticação da competição no interior das classes, coisas ignoradas pela pedagogia medieval (PETITAT apud NEVES, 2006, p.34).

Tal citação rememora a questão mencionada anteriormente sobre "currículo" no que diz respeito à seleção de práticas e conteúdos mais ajustados para se atingir

Debates em Educação

determinados fins pedagógicos e sociais. Nesse caso, os jesuítas adaptaram elementos de um movimento cultural pagão aos ensinamentos fundamentados na religião católica.

Os reflexos deste pensamento de formação de homens eruditos, baseadas nos estudos antigos, podem ser observados em algumas publicações, de colégios particulares, feitas no Jornal das Alagoas de 1874:

QUADRO 2 : ANÚNCIOS DE AULAS OFERECIDAS NO COLÉGIO GINÁSIO ALAGOANO E COLÉGIO BOM JESUS EM 1874

Recorte de anúncio referente ao "COLLEGIO GYMNASIO ALAGOANO"	Recorte de anúncio referente ao "COLLEGIO DO BOM JESUS"
<p style="text-align: center;">PROFESSORES</p> <p>Primeiras letras. _ José Coelho de Almeida Sampaio. Portuguez. _ Filigonio Avelino Jucundiano de Araujo. Latim. _ Padre Pedro Lins de Vascozellos. Francez. _ Bacharel Luiz Monteiro de Amorim Lima. Inglez. _ Dr. José Alexandrino Dias de Moura. Geographia. _ Dr. Thomaz do Bonfim Espindola. História. _ Dr. José Januario Pereira de Carvalho. Arithmetica, álgebra e geometria. _ Bacharel Beruado Pereira do Carmo Junior. Philosophia, interinamente. _ Dr. Thomaz do Bonfim Espindola. Rhetorica. _ Dr. Antonio Autero Alves Monteiro. Musica. _ Capitão José Procopio Galvão. Capellão. _ Padre Pedro Lins Vasconcellos.</p> <p>SUBSTITUTOS. __ Iago Francisco Pinheiro e Adriano Augusto de Araujo Jorge.</p> <p>— As aulas do collegio abrir-se-hão no dia 10 de janeiro próximo vindouro. Nos respectivos Estatutos, que estão á disposição de quem os quizer ler, se achão consignadas as condições de entrada. Maceió 20 de novembro de 1873.</p>	<p style="text-align: center;">PROFESSORES</p> <p>PRIMEIRAS LETRAS. = Benedicto José dos Santos. PORTUGUEZ.= Francisco Domingues da Silva. LATIM.= Padre Pedro Lins de Vasconcellos. FRANCEZ. = Dr. José Januario Pereira de Carvalho. INGLEZ.= Domingos Bento da Moeda e Silva. GEOGRAPHIA, CHRONOLOGIA E HISTORIA. = Dr. Antonio Antero Alves Monteiro. PHILOSOFIA MORAL E RACIONAL.= Dr. Thomaz Francisco do Rego Muniz. ARITHMETICA, ALGEBRA E GEOMETRIA.= Agrimensor Manoel de Souza Braga. RHETORICA E POETICA.= Dr. Thomaz Francisco do Rego Muniz. MUSICA E DANÇA.= Capitão José Procopio Galvão.</p> <p>As aulas d’este estabelecimento abrem-se no dia 8 de Janeiro, excepto as de sciencias, as quaes abrir-se-hão no dia 3 de Fevereiro.</p> <p>Maceió, 20 de Dezembro de 1873.</p>

Fonte: JORNAL DAS ALAGOAS. Maceió, quinta-feira 8 de janeiro de 1874. Num. 774. Localização feita no Arquivo Público do estado das Alagoas.

O quadro apresenta recorte de dois anúncios de colégios particulares localizados em Maceió. O conjunto das disciplinas ofertadas fortalece a ideia de destaque dado aos estudos ligados a uma formação propedêutica, com proximidades à valorização feita nos séculos XIII e XIV, quando “[...] existia na Europa o mito de que os

Debates em Educação

tempos da Antiguidade greco-romana seriam portadores da luz intelectual necessária para a formação dos homens” (NEVES, 2006, p. 26).

Alguns pontos chamam atenção, como por exemplo: o padre Pedro Lins de Vasconcellos ensinava latim nas instituições particulares: Ginásio Alagoano e Colégio do Bom Jesus (em 1873); e no Liceu de Maceió (instituição pública) há registros de que ele lecionou Português de 1875⁴. Considerando que “Lins de Vasconcelos” atualmente corresponde ao nome de um bairro do Rio de Janeiro, indaga-se: será que ele ensinou no Colégio Pedro II e depois foi transferido para Alagoas?

Tal questionamento não foi feito, exclusivamente, pelo fato da similaridade de nomes, mas também pelo fato do Colégio Pedro II ter sido a primeira instituição de ensino secundário fundada no Brasil (1837), servindo como referencial para dar uniformidade ao ensino da juventude do país. “O curso, inicialmente de 6 anos, abrangia língua nacional, latim, grego, francês, inglês, retórica, geografia, história, filosofia, história natural, física, química, matemática elementar e astronomia.” (NUNES, 1999, p. 70).

Em sequência, serão apontadas algumas reflexões a respeito do ensino secundário alagoano, tomando como referência, documentos tais como frequências, do Liceu Alagoano e Escola Normal, referentes a junho de 1875. Algo que chama atenção é que ao contrário da proposta de disciplinas ofertadas no Colégio Pedro II, na época de sua fundação (1837), em 1875 não foram localizados indícios de aulas da língua grega, e nem de química e astronomia.

SELEÇÃO DE CONTEÚDOS E CLASSE SOCIAL: APONTAMENTOS A PARTIR DAS FREQUÊNCIAS DE CADEIRAS OFERTADAS NO ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA ALAGOANA NA ÉPOCA DOS OITOCENTOS.

Apropriando-se da expressão utilizada por alguns autores de livros de História da Educação, denomina-se o século XIX como *Oitocentos*-época marcada por mudanças de regime político no Brasil (inicialmente colonial, perpassando o Império a partir de 1822 e tornando-se República em 1889).

⁴ Ver **Falla dirigida à Assembléa Legislativa da Provincia das Alagoas na Abertura da 20ª Legislatura em 15 de março de 1875**. Maceió: Typ. do Jornal das Alagoas, 1875.

Debates em Educação

Com relação à educação dos Oitocentos, Geraldo Francisco Filho (2003)

classifica-a da seguinte forma:

A educação no século XIX foi marcada pelo esforço no sentido de efetivá-la como nacional. Houve ferrenhas lutas entre Igreja e Estado e a educação pública nacional, aos poucos, foi-se tornando realidade. Foi um período de expansão da escola primária gratuita, universal e obrigatória, desligando-se gradativamente da religião; intensificou-se a idéia de se construírem escolas de primeira infância e escolas normais, que preparassem professores para o magistério. A educação secundária também teve grande avanço, porém ficou restrita à classe burguesa, adquirindo a função propedêutica de preparação à universidade (FRANCISCO FILHO, 2003, p. 162).

Segundo Costa (2011, p. 31), “D. João VI, é certo cuidou do ensino público no Brasil. Mas cometeu o erro de iniciar a obra educacional brasileira de cima para baixo. Em todo o país foram criados cursos de retórica, filosofia, latim, francês, matemática”. Por quê? A quem interessava investir primeiramente no ensino secundário? Certamente, este fato tinha relação com a segmentação, anteriormente destacada por Francisco Filho (2003), entre o nível de ensino direcionado às classes subalternas e à classe com maiores posses econômicas. E nesta perspectiva, a elite procurou garantir, primeiramente, a instrução que lhe interessava.

Outro ponto relevante na afirmativa de Francisco Filho é que à época dos Oitocentos, a escola primária (gratuita, universal e obrigatória) foi desligando-se “gradativamente” da religião, ou seja, em meio a discursos que procuravam a laicidade, a influência da Igreja Católica na definição de conteúdos e métodos educacionais permaneceu forte, por muito tempo, na educação brasileira.

“O ensino secundário, em Alagoas, precedeu ao primário. Encontramo-lo remotamente nos conventos como base de formação intelectual. Oficializou-se depois.” (COSTA, 2011, p. 56). A oficialização deste nível de ensino veio em 1849, por meio da criação de um Liceu na Província Alagoana, o qual “[...] começou a funcionar com 8 cadeiras – gramática nacional e análise dos clássicos portugueses; francês; latim; inglês; aritmética; álgebra e geometria; geografia; cronologia e história; retórica e poética; filosofia racional e moral.” (COSTA, 2011, p. 57).

Debates em Educação

Observa-se que, mesmo com intensa presença de línguas clássicas e estrangeiras, também é possível verificar a presença de estudos de língua nacional. Como destaca Luzuriaga (apud Francisco Filho, 2003, p. 162): “A educação se adaptou às condições históricas dos diversos países que, no século XIX, estabeleceram seus sistemas nacionais. Todos com característica comum do nacionalismo”. Logo, houve ampliação em comparação à situação francesa nos séculos anteriores:

Na França, entre os séculos XVII e XVIII, as línguas, assim como as literaturas ensinadas eram exclusivamente as da Grécia e de Roma, enquanto o francês era completamente excluído. Não era lido nenhum autor francês, dessa forma o latim era aprendido em latim e os escritores antigos eram explicados em latim. O francês torna-se inclusive proibido na comunicação dos alunos dentro e fora da sala de aula. (NEVES, 2006, p. 35)

No caso dos estudos na França nos séculos XVII e XVIII houve supervalorização dos antigos, deixando-se de lado, inclusive, a língua materna dos estudantes. Realidade diferente pôde ser verificada, no século seguinte, no Brasil, mais especificamente no contexto alagoano, em 1875, quando foi publicada, no Jornal das Alagoas, a frequência dos estudantes do Liceu e da Escola Normal. Neste registro, confirmou-se o grande número de estudantes matriculados na língua materna (portuguesa). A segunda cadeira em termos de grande quantidade de estudantes foi a de francês, o que remonta aos estudos os quais apontam para a cultura e ensino franceses tidos como modelos a ser seguido:

QUADRO 3: “EXTRACTO DO PONTO DOS ESTUDANTES DO LYCEU E CURSO NORMAL, RELATIVO AO MEZ DE JUNHO DE 1875”.

FRANCEZ	FALTAS JUSTIFICADAS	FALTAS NÃO JUSTIFICADAS	PORTUGUEZ	FALTAS JUST.	FALTAS NÃO JUST.
1 José Camello da Costa	1		1 Joaquim José da Araujo	2	
2 Frederico Alfredo Ramos Valejo	1		2 Raymundo Gonçalves de Abreu Filho.		4
3 Narciso Juviniiano Simões de Souza.		Assiduo	3 Frederico Alfredo Ramos Valejo	1	
4 José Vieira Alves de Sampaio		>>	4 Carlos Jorge Calheiros de Lima.		Assiduo
5 Pedro José dos Santos	1		5 José Vieira Alves de Sampaio.	2	
6 Augusto Cincinato de Araújo.	1		6 João Virgilio de Carvalho.	1	

Debates em Educação

7 Francisco Cardoso Paes.	1		7 Guilherme dos Passos Junior	2	
8 José Cesario de Negreiro V. da França.		Assiduo	8 José Alves Machado Filho.	5	
9 Guilherme dos Passos Junior.	1		9 Alfredo Arthur Oscar Marinho.	1	
10 Alfredo Arthur Oscar Marinho.	1		10 Antonio Cassiano Lins do Amaral.	3	
11 Leovigildo Valeriano de Araújo.	1		11 José Pereira de Albuquerque.	3	
12 João Evangelista da Costa Tenorio	1		12 Antonio Tenorio de Albuquerque.	5	
13 José Thomaz da Costa Moraes	1		13 Antonio Derfelt		Assiduo
14 José Pereira de Albuquerque.	3		14 Pedro José dos Santos.		>>
15 Carlos Jorge Calheiros de Lima.	1		15 Narciso Juviano Simões de Souza.		>>
16 João Lopes Ferreira Pinto.		Assiduo	16 João Theodoro Pinto de Amorim.	2	
17 Antonio Derfelt	1		17 José Joaquim Barbosa Firmino	6	
18 Silverio Fernandes da Costa.		>>	18 Cypriano José de Barros.		>>
19 Manoel Corsino Calaça	2		19 Honorio Moreira de Andrade e Silva.	3	
20 Manoel Iago de Mello Aguiar.	2		20 Silvino dos Santos Freitas		>>
21 Honorio Moreira de Andrade e Silva.	3		21 Martinho J. da Costa	2	
22 Arthur De Alencar Araripe	2		22 Francisco Villas Boas Candeiras.		>>
23 Adolpho José Ribeiro Lins		Assiduo	23 Pedro Candido da Fonseca.		7
			24 Leovigildo Valeriano de Araujo		>>
			25 Adolfo José R. Lins		>>
					<i>(Continua)</i>

Fonte: JORNAL DAS ALAGOAS. Maceió, sábado 10 de julho de 1875. N.º 1214. Localização feita no Arquivo Público do estado das Alagoas.

Algumas observações podem ser feitas a partir do mapa anteriormente exposto:

Primeiramente, apesar da língua materna (portuguesa) conter o maior número de matriculados, não se pode afirmar que esta seria considerada a disciplina “mais valorizada” por parte dos estudantes, pois o índice de faltas (justificadas ou não) era muito maior em relação ao Francês, por exemplo. Na cadeira de Francês, o máximo de faltas cometidas por um estudante foi de três vezes e a média geral de faltas foi de 1,04. Por outro lado, no mapa apresentado, o índice máximo de faltas cometidas por

Debates em Educação

um estudante foi de sete vezes (por sinal, sem justificativa); sendo a média geral de faltas: 1,96.

A partir dos dados localizados, no Jornal das Alagoas de 1875, sobre a frequência em oito cadeiras ofertadas no Liceu alagoano e Escola Normal, um quadro comparativo pôde ser construído:

QUADRO 4: Comparação das Frequência dos alunos do Liceu Alagoano e Escola Normal no mês de Junho de 1875.

CADEIRAS	TOTAL DE MATRICULADOS	QUANT. DE ASSÍDUOS (SEM FALTAS)	MÍNIMO DE FALTAS (JUSTIFICADAS)	MÁXIMO DE FALTAS (JUSTIF.)	MÁXIMO DE FALTAS (NÃO JUSTIF.)	MÉDIA DE FALTAS DE ACORDO COM O TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS
* Francês	23	6	1	3	–	1,04
*Português	25	9	1	6	7	1,96
*Latim	15	4	1	8	18	3,6
*Geografia	11	6	3	14	–	3,9
*Inglês	18	6	1	22	–	5,1
*História e Cronologia	8	4	2	14	–	5,25
*Geometria	9	2	2	12	–	6,8
*Aritmética e Álgebra.	16	3	2	16	–	7,8

Fonte: Quadro construído pela autora do texto a partir das publicações presentes no: Jornal das Alagoas de 1875.

No quadro acima mencionado, o latim - língua herdada da tradição greco-romana - teve número de alunos matriculados e frequentes inferior à língua nacional e ao Francês. Humberto Bastos (1939) após analisar livros e frequências dos estabelecimentos secundários de Maceió chegou à conclusão de que o latim era uma língua muito desprezada pelos alunos e, assim, cita o seguinte exemplo: “[...] mais ou menos em 1850, muito embora fosse grande a insistência dos governantes para impor a língua-mãe, somente 6 alunos freqüentaram as aulas de latim, durante o ano, em Maceió e Penedo. E nos anos seguintes os rapazes se matriculavam, mas não se apresentavam para exame”.

Ainda em relação a esta língua – denominada por Bastos (1939) de “língua-mãe” – em relatório publicado em 15 de fevereiro de 1875, o diretor da instrução pública da época, provavelmente se referindo ao ano anterior, fez a seguinte afirmativa:

Debates em Educação

Aula de latim: teve 14 alumnos matriculados e 8 frequentes. Si não fosse o exame da lingua latina para a matricula nas aulas superiores do Imperio, eu proporia a suppressão d'essa cadeira, que só teria assento proveitoso em cursos de bellas-lettras. E a lingua-mãe, com ella estão escriptos os aphorismos de Hippocrates, o Corpus júris civilis romanorum e é a empregada nas relações diplomáticas com a Sé de Roma. (MIRANDA, 1875, p. S1 19).

O diretor da instrução pública de 1875, bacharel Antonio Martins de Miranda lamentou a situação de ter levado muito tempo para aprender essa língua, a qual depois foi esquecida por falta de uso. E acrescentou que o “presente” daquela época seria a civilização falando alemão e o “futuro” seria o espanhol pronunciado pela atividade industrial. (MIRANDA, 1875, p. S1 20). Nesse caso, observa-se a colocação da necessidade do estudo de línguas modernas em detrimento das antigas, pois as primeiras contribuiriam nas relações intercomerciais do país.

Em relação à utilidade de outras cadeiras ofertadas no ensino secundário, da Província alagoana, o referido diretor fez algumas observações, tais como: a cadeira de português teria como proveito “expurgar a lingua que falamos dos erros multiplicados que se notam na palavra articulada e escripta usados n'esta província” (MIRANDA, 1875, p. S1 19). O Francês era por ele denominado de língua “universal”. Sobre o Inglês destaca que esta cadeira necessitava de reforma, pois estava sendo ignorada na província, apesar de seu uso em “territórios mais importantes do Globo” (MIRANDA, 1875, p. S1 20).

Com relação às cadeiras que englobavam a matemática, estas seriam “úteis” e simultaneamente “complexas”. Nesta perspectiva (id.) ressalta a necessidade de pessoas habilitadas na aritmética e suas variantes para a vida mercantil e agrícola; todavia, faz uma afirmativa que talvez explique o porquê, do alto índice de faltas em Geometria, Aritmética e Álgebra, nas frequências de junho de 1875: “de mais grande parte dos jovens destinam-se aos empregos geraes e provinciaes, que não prescindem do conhecimento de arithmética e suas variadas applicações” (MIRANDA, 1875, p. S1 20).

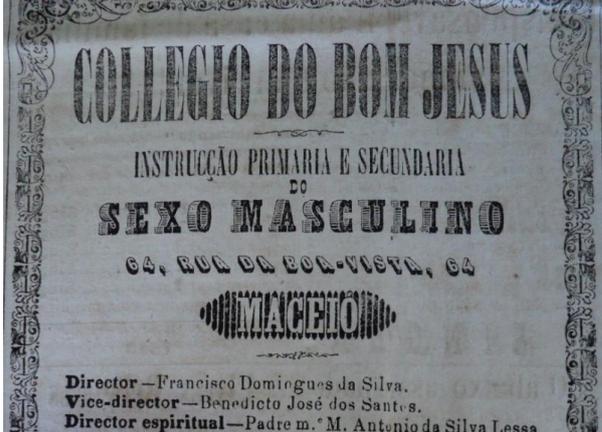
Debates em Educação

A EDUCAÇÃO FEMININA

Nas oito frequências localizadas, cujos dados foram expostos anteriormente em quadros, apenas existem registros de nomes masculinos. Assim, outro destaque que precisa ser dado em relação ao Ensino Secundário imperial é a questão do gênero, pois esse ensino era direcionado a uma elite masculina.

Em anúncios de colégios particulares, por exemplo, o Ginásio Alagoano e Colégio do Bom Jesus, foram apresentados, em tamanho e espessura destacados, os termos que dizem respeito ao nome da instituição, bem como a quem era destinado o ensino (“educação e instrução de meninos”):

QUADRO 5: Cabeçalho dos anúncios do Colégio Ginásio Alagoano e Colégio do Bom Jesus em 1874.

 <p>COLLEGIO GYMNASIO ALAGOANO ESTABELECIDO NA CIDADE DE MACEIÓ PARA EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO DE MENINOS DIRECTOR. — Bacharel Bernardo Pereira do Carmo Junior. VICE DIRECTOR. — Bacharel Luiz Monteiro d'Amorim Lima.</p>	<p>COLLEGIO GYMNASIO ALAGOANO ESTABELECIMENTO NA CIDADE DE MACEIÓ PARA EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO DE MENINOS — DIRECTOR. _ Bacharel Bernardo Pereira do Carmo Junior. VICE DIRECTOR. _ Bacharel Luiz Monteiro d'Amorim Lima.</p>
 <p>COLLEGIO DO BOM JESUS INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA DO SEXO MASCULINO 64, RUA DA BOA-VISTA, 64 MACEIÓ Director — Francisco Domingues da Silva. Vice-director — Benedicto José dos Santos. Director espiritual — Padre m.º M. Antonio da Silva Lessa</p>	<p>COLLEGIO DO BOM JESUS ----- INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA DO SEXO MASCULINO 64. RUA DA BOA-VISTA, 64 MACEIÓ ----- Director _ Francisco Domingues da Silva. Vice-director _ Benedicto José dos Santos. Director espiritual _ Padre m. M. Antonio da Silva Lessa.</p>

Fonte: JORNAL DAS ALAGOAS. Maceió, quinta-feira 8 de janeiro de 1874. Num. 774. Localização feita no Arquivo Público do estado das Alagoas.

Debates em Educação

Diante do exposto, qual era o ensino destinado às jovens mulheres do século XIX, na província alagoana?

Concernente a essa temática, é importante destacar que o “Ensino Feminino durante o Segundo Império era visto, de uma maneira geral, com pouco interesse pelo governo monárquico. O ensino secundário público era dirigido, apenas, aos discentes do sexo masculino e restringia-se ao sistema de ensino parcelado” (RIBEIRO, 1996, p. 26).

Uma das funções do ensino secundário era intermediar, por meio de exames, a entrada de alunos ao ensino superior; porém, como no Império brasileiro não era facultado às mulheres acesso a esse segundo, provavelmente isso reforçava a postura daqueles que não viam sentido no acesso das mulheres aos colégios secundários. Contudo, tal modelo não foi aceito com total silenciamento social. Existiram resistências por parte de algumas mulheres da elite brasileira:

Muitas mulheres não satisfeitas com o que era estabelecido pela sociedade da época se rebelavam e procuravam formas de alcançar o espaço público, destinado até então ao sexo masculino. Durante a segunda metade do século XIX, é possível perceber tentativas de brasileiras no sentido de “burlar” essa concepção, disseminada pelo sistema patriarcal da mulher reclusa no lar. Algumas mulheres pertencentes à elite imperial partiam para outros países em busca de educação superior (RIBEIRO, 1996, p. 27).

Em sequência, Ribeiro (1996, p. 27) cita os exemplos de Elise Elvira Bernard a qual solicitou exame de proficiência prática na “arte dentária” (Odontologia) à faculdade de medicina do Rio de Janeiro, bem como Rita Lobato Velho que conquistou, em 1887, na Bahia, o título de Doutora em medicina. Algumas destas solicitações direcionadas aos diretores de cursos ocorriam “Mediante a influencia de pais e de atestados de bons costumes [...] mesmo que o fizessem acompanhadas de criadas como prova de acatarem as regras da vigilância e controle masculino”. (RIBEIRO, 1996, p. 27). Esta pesquisadora (id.) conclui que poucas foram as mulheres que frequentaram Academias de Ensino Superior durante o período do Império Brasileiro.

Maria Inês Sucupira Stamatto (2002) chama atenção para o fato da total exclusão feminina dos processos de escolarização, no Brasil, desde 1549 até 1758

Debates em Educação

(quando a primeira escola de ler e escrever foi criada pelos jesuítas que chegaram ao Brasil). A partir desse ano, apesar do alvará de 17 de agosto que permitiu a criação em todo o território nacional de escolas para meninos e para meninas separadamente, a inclusão feminina foi restrita. E tal discriminação pode ser observada, inclusive, nos anos posteriores, em aspectos legais:

A nossa primeira legislação específica sobre o ensino primário, após a independência, foi a lei de 15 de outubro de 1827, conhecida como Lei Geral, que padronizou as escolas de primeiras letras no país, contemplando a discriminação da mulher. Elas não aprendiam todas as matérias ensinadas aos meninos, principalmente as consideradas mais racionais como a geometria, e em compensação deveriam aprender as 'artes do lar', as prendas domésticas. Em relação ao pagamento, foi previsto na lei igualdade para os mestres e as mestras, contudo, a própria legislação posterior abriu brechas para que na prática as professoras ganhassem menos que os homens. O artigo 6 do decreto de 27 de agosto de 1831 determinava que os salários previsto em lei somente fossem percebidos por aqueles professores habilitados nas matérias de ensino indicadas na Lei Geral, por concurso. Os governos provinciais tinham a autorização de contratar candidatos não aprovados caso não houvesse nenhum aprovado, à condição de pagá-los com salários menores. Ora, não havendo escolas de formação para as meninas e não sendo ministradas todas as matérias nas escolas de primeiras letras femininas, podemos entrever que as moças eram possivelmente as candidatas contratadas ganhando menos (STAMATTO, 2002, p. 5).

Em relação ao contexto alagoano, Craveiro Costa (2011, p.40) toma como referência um relatório de Silva Titara e apresenta os seguintes números em relação às matrículas ("por sexo") no ensino primário da província alagoana, referentes ao período de 1850 a 1856:

Tabela 1: Matrícula por sexo e total, na Província das Alagoas (1850-1856)

1850	1.892 alunos	598 alunas	Total 2.490
1851	2.145 alunos	653 alunas	Total 2.798
1852	2.097 alunos	600 alunas	Total 2.697
1853	2.420 alunos	776 alunas	Total 3.196
1854	2.575 alunos	1.143 alunas	Total 3.709
1855	2.128 alunos	1.167 alunas	Total 4.095
1856	2.378 alunos	703 alunas	Total 3.090

Fonte: COSTA, João Craveiro (1871-1934). **Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas e Outros Ensaios.** Coordenação editorial, apresentação de notas e biobibliografia por Elcio de Gusmão Verçosa e Maria das Graças de Loliola Madeira. Maceió: EDUFAL, 2011. P. 40

Debates em Educação

É importante ressaltar que o quadro exposto acima não se refere ao ensino secundário, mas trata de números do primário, isto é, aquele nível que era tido como mais elementar e que, mesmo assim, foi aberto com restrições ao público feminino.

Até o presente momento, as fontes localizadas não trazem nenhum indício do sexo feminino na instrução secundária pública. Entretanto, localizaram-se, em relatório de presidente de província, informações sobre a presença de meninas no ensino secundário de instituição particular.

Em relatório de 15 de fevereiro de 1875, o diretor de instrução pública da província das Alagoas apresentou a seguinte classificação do ensino secundário:

O ensino secundário é distribuído por oito aulas de humanidades, que completam o Lyceu de Maceió, por duas cadeiras de linguas franceza e latina em a cidade de Penedo e por três collegios particulares do sexo masculino e um do feminino, na capital, nos quaes ensinam-se disciplinas comprehendidas n'esta divisão da instrucção (MIRANDA, 1875, p. S1 19).

Em fala dirigida à Assembleia Legislativa das Alagoas, no ano seguinte, o então presidente de Província Dr. João Thomé da Silva apresentou os dados sobre a instituição secundária destinada ao publico feminino:

Tabela 2 : Sexo feminino no Collegio de N. S. da Conceição

	Matriculados	Frequentes
Francez	3	3
Geografia	9	9
História	3	3
	15	15

Fonte: SILVA, João Thomé da. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa das Alagoas pelo exm. sr. presidente da provincia, doutor João Thomé da Silva, em 16 de março de 1876**

Em comparação às ofertas feitas ao público masculino, é perceptível a menor variedade de cadeiras ofertadas, bem como um reduzido número de alunas-participantes. Portanto, os restritos espaços escolarizados conquistados e/ou incipientes aberturas ao público feminino, no século XIX, tinham relação direta com os interesses da classe social a qual aquelas mulheres faziam parte: a elite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de trazer uma interpretação ou hermenêutica de vestígios do século XIX, três aspectos foram marcantes no contexto em que o “ensino secundário precedeu ao primário”: a classe social, a religiosidade e o gênero.

Se por um lado, no período investigado, um sentimento mais nacionalista estava sendo despertado, através do estudo da língua portuguesa, na instrução secundária, e certo afastamento por parte dos alunos em relação ao latim, por não percebê-lo como útil. Por outro, as cadeiras ligadas à matemática também não tinham tanta admiração discente por estas estarem relacionadas a trabalhos mercantis, fabris e agrícolas. Provavelmente, os jovens secundaristas do século XIX atrelavam tais trabalhos a um *status* menor ou até escravocrata.

Nesta perspectiva, a corrida em busca da seleção de conhecimentos de humanidades, na época imperial tinha como pano de fundo, para a elite, a manutenção de determinados *status* ou vantagens sociais.

Isto nos remete a fala do diretor de instrução pública da Província alagoana – Antônio Martins de Miranda (1875, p. S1 21) - o qual relatou a semelhança existente entre esta Província e as outras, no que se refere à juventude a qual após concluir o ensino secundário era levada “naturalmente” às Academias de Medicina e, principalmente, Direito. E isto se daria por dois motivos: falta de escolas profissionais e por ignorarem as “vantagens” oferecidas pelas indústrias fabris, comerciais e agrícolas. Assim, conclui: “A província é pobre e não póde crear instituições profissionaes; o governo central tem de providenciar n’este sentido se não quizer ver o Brazil atulhado de bacharéis” (MIRANDA, 1875, p. S1 21).

Ao longo do texto, também, foram citados elementos que apontam para a forte influência da religiosidade católica para a perpetuação e nova roupagem da tradição humanística a qual, inclusive, pôde ser visualizada em colégios alagoanos do século XIX. Esta “nova roupagem” diz respeito ao fato do sistema de ensino jesuítico ter extraído do movimento humanístico os elementos que seriam mais adequados aos seus objetivos ligados a fé cristã. Também é salutar o destaque para a observação de

Debates em Educação

que o Humanismo reforçou o sentimento de desprezo pelos trabalhos manuais, que surgiu no meio intelectual.

Por fim, as fontes do século XIX apontam para uma instrução pública, sobretudo, do ensino secundário, direcionadas para um público masculino. E as incipientes conquistas por algumas mulheres, daquela época, tinham relação direta com a classe social privilegiada da qual faziam parte: a elite.

Portanto, as seleções de conteúdos e métodos, nos processos de ensino e aprendizagens, têm ligações diretas aos contextos sociais, políticos e econômicos de determinada época e lugar. Seleção esta a qual é produzida por sujeitos nas relações sociais e, simultaneamente, (re) produz identidades.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Humberto. **O Desenvolvimento da Instrução Pública em Alagoas**. Maceió: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1939.
- CAETANO, Lucia Teixeira; LINS, Ana Maria Moura. **Ensino Secundário em Alagoas: Fundação e Expansão (1849-1930)**. Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – UNICAMP – FE – HISTEDBR, 14 a 19 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/trab043.rtf>. Acessado em: 9 set. 2010.
- COSTA, João Craveiro (1871-1934). **Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas e Outros Ensaios**. Coordenação editorial, apresentação de notas e biobibliografia por Elcio de Gusmão Verçosa e Maria das Graças de Loiola Madeira. Maceió: EDUFAL, 2011. 224 p.
- FRANCISCO FILHO, Geraldo. **História Geral da Educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.
- HAMILTON, David. Sobre as Origens dos Termos Classe e Curriculum. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 6, 1992.
- JORNAL DAS ALAGOAS**. Maceió, sabbado 17 de janeiro de 1874. Num.º _ 782
- MIRANDA, Antonio Martins de. Relatório que o diretor geral da Instrução pública das Alagoas – Bacharel Antonio Martins de Miranda – apresentou em 15 de fevereiro ao presidente da mesma província – Exm. Snr. Dr. João Vieira de Araujo. In: **Falla dirigida à Assembléa Legislativa da Provincia das Alagoas na Abertura da 20.a Legislatura em 15 de março de 1875**. Maceió: Typ. do Jornal das Alagoas, 1875. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/43/>>. Acesso em: 21 de fev. de 2012.

Debates em Educação

NEVES, Leonardo dos Santos. **Organização do Ensino Secundário em Minas Gerais no século XIX**. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, 2006.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. 2. ed. ver. e amp. São Cristóvão, Se: Editora da UFS, 1999. 152 p.

QUEIROZ, O. A. Pereira de. **Dicionário Latim-Português**. Editora LEP: São Paulo, 1961.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **Algumas Reflexões sobre a Educação das Mulheres no Século XIX**. Revista Nuances- Valli - Setembro 1996. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/38/33>>. Acesso em: 20 de fev. 2012.

SILVA, Fabrícia Carla de Albuquerque. ; MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **Apontamentos Iniciais sobre a Tradição Humanística no Ensino Secundário Alagoano do Século XIX**. EPENN. Manaus, 2011

SILVA, F. C. A.; MADEIRA, M. G. L. **Traços do Ensino Alagoano na Biografia De Intelectuais (1846-1934)**. In: I Encontro Luso-Brasileiro sobre Trabalho Docente/ VI Encontro Brasileiro da Rede Estrado: Políticas Educacionais e Mudanças no Contexto Escolar., 2011, Maceió - AL. ANAIS ONLINE Área Temática: 02 - TRABALHO DOCENTE E HISTÓRIA, 2011

SILVA, João Thomé da. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa das Alagoas pelo exm. sr. presidente da provincia, doutor João Thomé da Silva, em 16 de março de 1876**. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1876. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/44/>>. Acesso em: 21 de fev. de 2012.

STAMATTO, M. I. S. **Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil:1549-1910)**. In: História e Memória da educação Brasileira, 2002, Natal. II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>>. Acesso em: 21 de fev. 2012.

VIEIRA, Jarbas S. Currículo (rastros, história, blasfêmia, dissoluções, deslizamentos, pistas). **Revista Debates em Educação**. Maceió, vol.01, nº 02, Dez, 2009. Disponível em:<<http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/53/62>>. Acesso em 08 de setembro de 2011.